

#### ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL Câmara Municipal de Bento Gonçalves DIRETORIA GERAL

### PROTOCOLO

Processo n.º 214/94 de 19 de dezembro de 1994
Interessado: Executivo Municipal
Localidade: Bento Gonçalves
Assunto: "ADITA A LEI MUNICIPAL № 2.193, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1992, QUE CRIA
A TAXA DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA E ESTABELECE OS VALORES DAS PENAS DE
MULTA POR INFRAÇÕES"
Projeto-de-Lei nº 92/94 de 19 de dezembro de 1994
Comissões de: Constituição e Justiça; Finanças e Orçamento
Arquivado em:
Loudes
Secretário Geral

Lei nº 2.409





CAMARA MUNICIPAL
DE BENTO GONÇALVES
PROTOCOLO

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES GABINETE DO PREFEITO

Oficio nº 433-94/GAB Bento Gonçalves, 19 de dezembro de 1994.

#### Excelentissimo Senhor Presidente:

Com satisfação cumprimentamos Vossa Excelência e, por extensão, os nobres integrantes do Poder Legislativo Municipal, oportunidade em que encaminhamos para análise e deliberação o Projeto-de-Lei de nº 92/94, que Adita a Lei Municipal nº 2.193, de 28 de dezembro de 1992, que Cria a taxa de fiscalização sanitária e estabelece os valores das penas de multa por infrações.

O aditamento proposto no presente Projeto-de-Lei visa, ampliar as atividades da fiscalização sanitária como é o caso dos laboratórios fotográficos, empresas de transporte de alimentos e medicamentos, bem como auferir receita na cobrança de taxas como vistorias previas, alvará inicial ou renovação, visto em documentos, rubrica em livros e vistorias para troca de endereços.

Exmo. Sr.

Ver. Ivar Leopoldo Castagnetti

M.D. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Nesta





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES GABINETE DO PREFEITO

Incluindo-se estes dispositivos, amplia-se a ação de fiscalização, beneficiando a população de um modo geral e possibilitando o controle eficaz sobre estas atividades que até então não estavam previstas em lei.

Considerando que esta medida deva ser apreciada até o final deste exercício (1994) para vigir a partir de  $1^{\circ}$  de janeiro de 1995 e pelo principio da anterioridade da Lei, reiteramos a apreciação do incluso Projeto-de-Lei de  $n^{\circ}$  92 em regime de urgência.

Contando com a aquiescência de Vossa Excelência e dos nobres Vereadores, agradecemos a atenção, apresentando as nossas

Respeitosas Saudações.

Aido José Bertuol

Prefeito Municipal de Bento Gonçalves





PROJETO DE LEI № 92, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1994.

APRO	VADO
VOTAÇÃO:	Unica (R.U.)
SALA DAS SESSÕES	mimidade ATI 12,194.
Vereador	Presidente

ADITA A LEI MUNICIPAL Nº 2.193, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1992, QUE "CRIA A TAXA DE FISCALIZAÇÃO SA NITÁRIA E ESTABELECE OS VALORES DAS PENAS DE MULTA POR INFRA-ÇÕES".

AIDO JOSÉ BERTUOL, Prefeito Municipal de Bento Gonçalves,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Ao art. 2º, seus incisos e alíneas,
da Lei Municipal nº 2.193, de 28 de
dezembro de 1992, são acrescidas as seguintes disposições:

" Art. 2º - .....

SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA 1- EXAME:

I	-					•	•	•	
		a)		•	•				
		b)	•		•				
		c)		•	•				
		d)	•						
			1	-		•			
			2	_		_			

Luy





#### 2- VISTORIAS:

I- ...

II- ...

III- para encerramento de atividade de estabelecimento ou troca de endereço: 1,26 URM.

> 3- ALVARÁ INICIAL, INCLUSIVE VISTO RIA PRÉVIA E RENOVAÇÃO ANUAL

- I Serviço de fiscalização do exercício profissional:
  - a) consultório médico, odontológico, veterinário, de psico logia e de nutrição; clínica, sem internamento, médica, odontológica, veterinária, de psicologia, de nutrição, de fisioterapia, de terapia ocupacional e de radiologia; ambulatório, serviço de fonoaudiologia; gabinete de mas sagem; serviço de audiometria; gabinete de pedicure; la boratório de análises químicas; laboratório de análises clínicas; laboratório de prótese dentária; laboratório fotográfico; banco de sangue e sauna: 2,10 URMs;
  - b) ...
  - c) ...
- II Serviço de controle de alimentos:
  - a) ambulantes em geral; veículos de transporte de alimentos em geral; transportadoras de medicamentos; refeitório; comércio de frutas e hortaliças: 1,71 URM;
  - b) ...
  - c) ...

Ling





III - ...
a) ...
b) ...

IV - ...

V - ...

4- REGISTROS:

I - ...

II - ...

5- LICENÇAS:

I - ...

#### 6- OUTROS:

- I Visto em documentos: 0,12 URM;
- II Rubrica em livros : 0,075 URM;
- III Certidão, por folha: 0,075 URM;
  - IV Cadastro provisório: 0,11 URM;
    - V Reprografia ou outra via de documento emtitido por processimento de dados, por unidade: 0,01 URM.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor em lº de ja neiro de 1995.

ding





Art. 3º - Revogam-se as disposições em contr<u>á</u> rio.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GON-ÇALVES, aos dezesseis dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e quatro.

AIDO JOSÉ BERTUOL

Prefeito Municipal







#### ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE

Bento gonçalves, Ol de fevereiro de 1994

Ilmo. Sr. Secretário M. F. OLIR SCHENATTO

Sanitária, localizado na rua Dr. Casagrande nº 228, sala 10 vem mui respeitosamente solicitar incluir na lei de Taxa Sanitária nº 2.193 de 28 de dezembro de 1992 e complementar o seguinte: Vistorias Prévias, Alvará Inivial ou Renovações, Visto em documentos, Rubrica em livros, Vistoria para troca de endereço, Alvará para Laboratório Fotográfico e Transportadoras que transportam alimentos e medicamentos/devem ser classificados em pequena, média e grande.

N / T pedimos deferimento

Subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

IRIDE OSELAME

Coordenadora DMVS





00344

AXAS DE SERVIÇOS DE SAUDE PUBLICA/VIGENCIA EM JANEIRO/94

A) AUDE: Consultorios e clínicas: Médico, Odontologico, Veterinario,
de Maccade
de Nutricho de Ficioterania de Terania Ocupacional, de Maccade

ADUL: Consultorios e clínicas: Médico, Odontologico, Veterinario, de Massagem, de Nutrição, de Fisioterapia, de Terapia Ocupacional, de Análises de Audiometria, Gabinete de Pedicure, Laboratorio de Análises de Nutrição, de Fisioterapia, de Terapia Ocupacional, de Massagem,
de Análises
de Audiometria, Gabinete de Dentária, Banco de Sangue e Produtos
de Análise Químicas, de Prótese Dentária, de Transporte de Produtos
B)ALIMENTOS: Ambulantes em Geral. Veículos de Transporte s, de Analise Quimicas, de Prótese Dentária, Banco de Sangue e Produtos B)ALIMENTOS: Ambulantes em Geral, Veículos de Transporte de Hortalícas (ceo em Geral, Refeitórios e Comercio de Frutas e Hortalícas B)ALIMENTOS: Ambulantes em Geral, Veiculos de Transporte de Pro Hortalícas Hortalícas e Hortalícas e Hortalícas CRS 7-843,20

A) Farmácias, Drogarias, ópticas, Desinsetizadoras, Comercio se Ortopédica, de Correlatos e Clínicas Geriátricas com internamento. Bar. Lancheria. Restaurante e similai Acouque e Peixaria. se Ortopédica, de Correlatos e Clínicas Geriatricas com internamento. Bar, Lancheria, Restaurante e similares, Bar, Lancheria, Bebidas, Hotel, Pensão com Peixaria, Depósito de Bebidas, Hotel, Pensão com Produtos Alimentícios em Trayller Produtos Alimentícios em Trayller ições, Comércio de Prod. Alimentícios em Trayller

A) Distribuidoras de Medicamentos, de Correlatos, Pronto-socorro em Laboratório, Laboratório Hospital, H.Veterinário, Laboratório Clínica Médica com internamento, de Saneantes, de Domissanitários e de rmaceutico Industrial, de Cosméticos, de Saneantes, de Domissanitários e de rrelatos.

neral, Cozinha Industrial e Supermercado..... Ufir chela

REGISTRO: DARF -784,32

470,59 Rubrica em Livros """" CRS 47,05 Aprovação de plantas, por m2 """ Médio pos 1.568,64 DEMAIS TAXAS Aprovação de plantas, por me """ CRS Registro de certificado de Grau Médio """" CRS Cadastro právisário 784,32 470,59 Certidão, por folha "" Enternecentes CRS 7.843,20 Lic.p/Comerc.Psicotrópicos e Entorpecentes..... CRS 15.686,40 4.705,92-4.705,92

1 Vistoria de Encerramento de Atividade do Estab.... CRS 



Lei Municipal nº 2.193, de 28 de dezembro de 1992.

CRIA A TAXA DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA E VA-LORES DAS PENAS DE MULTA ÀS INFRAÇÕES SANI-TARIAS DAS ATIVIDADES FISCALIZADAS PELO DE-PARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA CRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE, MEIO AMBIENTE E HABITAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Prefeito Municipal De Bento FACO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono FORTUNATO JANIR RIZZARDO, Goncalves,

Artigo 19 - É criada a Taxa de Fiscalização Sanitária para estabelecimentos relacionados direta ou indiretamente com a Saúde a seguinte Lei: pública, que exerçam atividades fiscalizadas pela Vigilância Sanitárubilea, que exerçam acividades tiscalizadas Pela Vigilancia ban ria da Secretaria Municipal de Saúde, Meio Ambiente e Habitação.

Parágrafo único: Após o pagamento da Taxa de Fiscalização Sanitária, será expedido o Alvará Sanitário correspondente pelo cretário Municipal da Saúde, Meio Ambiente e Habitação.

Artigo 20 — A Taxa de Fiscalização Sanitária, criada por esta Lei, será cobrada em função do tipo de estabelecimento, com base na seguinte tabela:

# SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA

I - De projetos sujeitos à aprovação da SMAH: ' 1- EXAME: construí-, a)De prédios residenciais, por m2 de área b)De prédios não residenciais, por m2 de área construí-d)De loteamentos de glebas de terra: 1-Lotes destinados a ocupação unifamiliar, 

2-Lotes destinados à ocupação plurifamiliar, por ma

área ocupada.........





- I Técnico-sanitária, a requerimento de terceiros0,63 URM
- II Para habite-se, por m2 de área construída...0,004 URM

# 3 - ALVARÁ INICIAL, INCLUSIVE VISTORIA PRÉVIA E RENOVAÇÃO

# I - Serviço de fiscalização do exercício profissional:

- a)Consultório: médico, odontológico, veterinário, de psico-ANUAL = logia e de nutrição; clínica sem internamento: médica, odontológio ca, veterinária, de psicologia, de nutrição, de fisioterapia, de terapia ocupacional e de radiologia; ambulatório; serviço de fonoaudiologia;gabinete de massagem;serviço de audiometria;gabinete de pedicugrayganmete de massagemyserviço de addrometriayganmete de pedica roylaboratório de análises químicasylaboratório de análises clínim ro; laboratorio de analises quimicas; laboratorio de analises (2,10URM cas; laboratório de prótese dentária; banco de sangue e sauna. 2,10URM
  - b)Farmácia, drogaria, óptica, desinsetizadora, desratizadora, comércio de prótese ortopédica, comércio de correlatos e clínica
  - c)Distribuidora de produtos farmacêuticos, distribuidora de produtos correlatos, clínica médica com internamento, clínica veterinária com internamento, hospital, hospital veterinário, prontos cerinaria com incernamento, nospital, nospital veterinario, prontos—socorros em geral, laboratório industrial farmacêutico, laboratório industrial farmacêutico, laboratório industrial de caracática de industrial de cosméticos, laboratório industrial de saneantes domism

# II - Serviço de controle de alimentos:

- a)Ambulantes em geral, veículos de transporte de tos alimentícios em geral, refeitório, comércio de frutas e hortali-Саванининания вининания винининания винининания вининания вининания (у71 URM)
- b)Acougue e peixaria,bar,lancheria,restaurante e lares, comércio de produtos alimentícios em geral, depósito de bebidas em geral, hotel e pensão com refeições e comércio de produtos alimen-
  - c)Indústria de alimentos em geral, indústria de extração e engarrafamento de água mineral, cozinha industrial e supermerca-

# III - Serviço de Proteção ao Meio Ambiente:

a)Indústria metalúrgica, indústria mecânica, indústria de material elétrico e de comunicações, indústria de madeira, indústria do mobiliário, indústria de produtos de matéria plástica, indústria do vestuário, calçados e artefatos de tecidos, indústria editorial e gráfica, indústrias diversas, aviário, sociedade recreativa e/ou esporm gratica, inquerrae diversas, aviar lo, sociedade recreaciva ezod espore tiva com piscina e depósito de produtos químicos...""""""""", 4,20 URM



Artigo 30 - As taxas de Fiscalização Sanitária deverão ser recolhidas impreterivelmente até o dia 31 de Março de cada ano, ou imediatamente após o registro da Empresa no CGC, exceto para so ciedades esportivas ou recreativas com piscina que deverão recolher até 31 de outubro.

até 31 de outubro.

Parágrafo único — Após o vencimento do prazo previsto no Parágrafo único — Após o vencimento do prazo previsto no Código caput deste Artigo, serão cobrados os acréscimos previstos no Código caput deste Artigo, serão cobrados no 1.239/83.

Tributário Municipal — Lei Municipal no 1.239/83.

继



Artigo 40 - A taxa de Fiscalização Sanitária será reco-Ihida pelo contribuinte na Secretaria Municipal da Fazenda, que cre ditará no Fundo Municipal da Saúde. O valor do tributo, por estabe lecimento, será cobrado com base na relação que trata o Artigo 20

Artigo 50 - Sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal, cabíveis às infrações sanitárias, serão punidas com pena... desta Lei. lidade de multa, previstas na Lei Federal no 6.437, de 20 de Agosto de 1977 e no Código Sanitário Estadual e/ou Municipal.

Artigo 60 - As infrações sanitárias classificam-se, conrme Lei Federal nº 8383/91, de 30.12.91, em:

I - Leves: 4,50 a 22,50 URM;

II - Graves: 22,51 a 45,00 URM;

III - Gravissimas: 45,01 a 180,00 URM.

Artigo 70 - A pena de multa relativa as infrações sanitárias será recolhida pelo infrator na Secretaria Municipal da Fazenda através de guia especial instituída pela Secretaria Municipal da Saúdo Moio Ambiento e Nabitacão en três visa especial de Cari da Saúde, Meio Ambiente e Habitação, em três vias, na qual deverá da Saude, Meio Ambiente e Habitação, em tres Vias, na quai devera conter: nome do infrator, número do processo, endereço, número do conter: nome do infrator, número do processo, endereço, número do Auto de Infração e valor do tributo, sendo que uma via deverá ser Auto de Infração e valor do tributo, sendo que uma via Sanitária da encaminhada, quitada, para o Departamento de Vigilância Sanitária da encaminhada, quitada, para o Departamento de Vigilância Sanitária da encaminhada, quitada, para o Departamento de Vigilância Sanitária da encaminhada, quitada, para o Departamento de Vigilância Sanitária da encaminhada, quitada, para o Departamento de Vigilância Sanitária da encaminhada, quitada, para o Departamento de Vigilância Sanitária da encaminhada, quitada, para o Departamento de Vigilância Sanitária da encaminhada, quitada, para o Departamento de Vigilância Sanitária da encaminhada, quitada, para o Departamento de Vigilância Sanitária da encaminhada, quitada, para o Departamento de Vigilância Sanitária da encaminhada, quitada, para o Departamento de Vigilância Sanitária da encaminhada, quitada, para o Departamento de Vigilância Sanitária da encaminhada, quitada, para o Departamento de Vigilância Sanitária da encaminhada encaminhada, quitada, para o Departamento de Vigilância Sanitária da encaminhada enca encaminhada, quicada, para o peparcamento de Vigitancia o Secretaria Municipal da Saúde, Meio Ambiente e Habitação.

Artigo 80 - O Poder Executivo regulamentará, no que cou-

Artigo 90 - Esta Lei entrará em vigor em 10 de janeiro ber, o disposto nesta Lei. de 1993, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES, Vinte e oito dias do mes de dezembro de mil e novecentos e noventa e dois.

> FORTUNATO JANIR RIZZARDO Prefeito Municipal



TAKAS DE GERVICOS DE SAUDE PUBLICA/VIGENCIA EM DEZEMBRO-93 URM. DEZ/93-3.836,00

VISTORIA PREVIA GLVARA INICIAL ON REMOVAÇÕES

Consulturios e clinitas: Medico, adontologico, veterirario. toneta to ton a trible a terapia de terapia ocupacional, de radioloservico de fonosudiología, gabinite de massagem, istroido de servico de rondendiologia, pedinte e de massagem, servico de ometria, sabinete de pedinte, laboratorio de analises clini laboratoria, sabinete de pedinte, laboratorio de especie ometria, sabthete as peditura, Laboratorio de Bangue e Bauna; Taboratorio de profese dentaria, banco de Bangue e Bauna;

AMPUlantes em geral veiculos os transporte de produtos mmrurantes em gera. Veiculta de transporte de produtos manticios em geral, refeitorios e comercio de frutas e korm CR# 5.857, 40 1/53 JAM

Paracia, drogaria, otica, desinactizadora, comercio de proes Orto, scica, comercio de co relatos e climicas seriatricas

ACCUQUE & paixaria bar lancheria restaurante e similarea. Accugue e paixaria bar lancharia restaurante e similares.
compreto do produtos alimenticios de produtos em trayller;
rensar com referção e comerção de produtos em trayller;

Distribuidora de medicamentos, distribuidora de correlacos, Fronto-electro em seral clinica medica com internamento, hospital, Pronto-ellotro em seral clinica medica com internamento, hospital, elemento de cosmino el veterinario. Laboratorio industrial farmaceutico, de cosmine ital veterinario, laboratorio industrial farmaceutico, de cosmine industrial veterinario, de maneantes, demissantes, de el correlatos;

Industria de alimentos, industria de extracão e engarrataincustro de simentos industrial e supermercado:

### PEGISTRO

....CR\$ 8.786,10 370 Ufir cheia DIR.....

DARF	DEMAIS TAXAS	CR# 585.74 0,092 URM
	TEMATS IMARY	550, , D.03 -
	DELL	Ln. 751, 44 V
		CR* 35,14
	[HONE 전 HONE 전략 ] [HONE HONE HONE HONE HONE HONE HONE HONE	004
bert William Committee		$\cdots \cdots $
- Anchaenta.		CRA TEOR 7A
Parato em araros	- m2	CR\$ COUNTAL
Visto em documentos Disto em livros	MEGIO.	351,77
visto em documentos. - Rubrica em livros. - Rubrica em livros. - Rubrica em livros.	o de Mirri	LINT ONT. 40
Visto em documentos Visto em documentos Rubrica em livros > -provacao de plantas, po > -provacao de certificaco contrato de certificaco	or m2 o de grau medio o de grau medio o de grau medio o de grau medio	OR# 3.07 0 0 0 2 UNM
Mail Latro Of Tilario	Attacked and and and and and and and and and an	
	Letter Despera	9 514 40 9 9 2 1111
		CR# 5.857.40 CR# 5.857.40 CR# 5.857.40 CR# 5.857.40 0, 92 JRM CR# 3.514.44 0, 92 JRM
No.		



### ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

LEI MUNICIPAL Nº 2.193, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1992.

CRIA A TAXA DE FISCALIZAÇÃO SANI-TÀRIA E ESTABELECE OS VALORES DAS PENAS DE MULTA ÀS INFRAÇÕES SANI-TÁRIAS DAS ATIVIDADES FISCALIZADAS PELO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE VI GILANCIA SANITÁRIA.

FORTUNATO JANIR RIZZARDO, Prefeito Municipal

FAÇO SABER que o Poder Legislativo Municipal de Bento Gonçalves, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 10 - É criada a Taxa de Fiscalização Sanitária para estabelecimentos relacionados direta ou indiretamente com a Saúde Pública, que exercam atividades fiscalizadas pela Vigilância Sanitária da Secretaria Mu nicipal de Saúde, Meio Ambiente e Habitação.

Parágrafo único - Após o pagamento da Taxa de Fiscalização Sanitária, será expedido o Alvará Sanitário correspondente, pelo secretário Mu

nicipal da Saúde, Meio Ambiente e Habitação. Art. 20 - A Taxa de Fiscalização Sanitária criada por esta lei, será cobrada em função do tipo de estabelecimento, com base na seguinte tabela:

SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA

#### EXAME:

- De projetos sujeitos à aprovação da SMAH: a) de prédios residenciais, por m² de área construída ....
  - b) de prédios não residenciais, por m² de área construída 0,012 URM; 117



- c) de piscinas 3,78 URM;
- d) de loteamentos de glebas de terra:
  - 1ote 1 - lotes destinados a ocupação unifamiliar, por
  - 2 lotes destinados à ocupação plurifamiliar, por m² de área ocupada 0,001 URM.
- Técnico-sanitária, a requerimento de terceiros 0,63 URM;
- para habite-se, por m² de área construída 0,004 URM; III - para encerramento de atividade de estabelecimento 1,26 URM.

## 3 - ALVARÁ INICIAL, INCLUSIVE VISTORIA PRÉVIA E RENOVAÇÃO ANUAL

- Serviço de fiscalização do exercício profissional:
  - a) consultório médico, odontológico, veterinário, de psicologia e de nutrição; clínica sem internamento médica, odontológica, veterinária, de psicologia, de nutrição, de fisioterapia, de terapia ocupacional e de radiologia, am bulatório, serviço de fonoaudiologia, gabinete de massagem, serviço de audiometria, gabinete de pedicuro, laboratório de análises químicas, laboratório de análises clí nicas, laboratórios de prótese dentária, banco de sangue
    - b) farmácia, drogaria, óptica, desinsetizadora, desratizado ra, comércio de prótese ortopédica, comércio de correlatos e clínica geriátrica com internamento 4,20 URM;
      - c) distribuidora de produtos farmaceuticos, distribuidora de produtos correlatos, clínica médica com internamento, clí nica veterinária com internamento, hospital, hospital ve terinário, prontos-socorros em geral, laboratório industrial farmacêutico, laboratório industrial de cosméticos, laboratório industrial de saneantes domissanitários e la boratório industrial de correlatos 6,30 URM.

II - Serviço de controle de alimentos:



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

- a) Ambulantes em geral, veículos de transporte de produtos alimetícios em geral, Vrefeitório, comércio de frutas e
  - b) açougue e peixaria, bar, lancheria, restaurante e similares, comércio de produtos alimentícios em geral, depó sito de bebidas em geral, hotel e pensão com refeições e comércio de produtos alimentícios em traileres
    - c) indústria de alimentos em geral, indústria de extração e engarrafamento de água mineral, cozinha industrial supermercados 5,14 URM.

- a) indústria metalúrgica, indústria mecânica, indústria de III - Serviço de Proteção ao meio Ambiente: material elétrico e de comunicações, indústria de madei ra, indústria do mobiliário, indústria de produtos de matéria plástica, indústria do vestuário, calçados e ar tefatos de tecidos, indústria editorial e gráfica, in dústrias diversas, aviário, sociedade recreativa e/ou es portiva com piscina e depósito de produtos químicos 4,20
  - b) extração de minerais, indústria ou serviços que utili zem galvanoplastia, indústria de papel e papelão, indús tria de borracha, indústria de couro e peles e simila res, indústria química, indústria têxtil, indústria de indústria bebidas e álcool etílico, indústria de fumo, petroquímica e indústria de produtos minerais não metá-
  - Matadouro/frigorífico, matadouros, indústria de embutidos, licos 6,30 URM. - Serviços de inspeção veterinária: posto de abate, indústria de laticínios e indústria de pes IV
    - Serviço de controle de prédios e instalações: Bar-drinque sem manipulação de alimentos, biblioteca, bi lhar, sinuca, jogos eletrônicos e similares, boates,



cômodos, cemitério, cinema, depósito e/ou entreposto de ven da de bebidas, depósito de produtos diversos (se manipulam alimentos), diversões eletrônicas, floricultura, ginásio de esportes sem piscina, hotel sem refeições, instituto de beleza, locação de quadras de esportes, local de acampamento, motel sem refeições, oficina mecânica para veículos, parque de diversões e/ou circo, pensão sem refeições, sem refeições, posto de gasolina e lubrificação, salão de baile, salão de barbeiro, salão de cabeleireiro, serviços de lavagem de veículos com lubrificação, sociedade recreativa e/ou esportiva sem piscina, tinturaria, vulcanizadora, academia de dança e ginástica 2,10 URM.

### 4 - REGISTRO:

- De diplomas de curso superior 0,69 URM.

1

- De diploma ou certificado de curso de Nível Médio 0,34 URM.
- Para comercializar psicotrópicos e entorpecentes 2,10 URM. I
- Para fabricar psicotrópicos e entorpecentes 4,20 URM

Art. 3º - As Taxas de Fiscalização deverão ser recolhidas impreterivel mente até o dia 31 de março de cada ano, ou imediatamente após o registro da empresa no CGC, exceto para sociedades esportivas ou recreativas com piscina que deverão recolher até 31 de outubro.

Parágrafo único - Após o vencimento do prazo previsto no caput deste Artigo, serão cobrados os acréscimos previstos no Código Tributário Municipal - Lei Municipal nº 1.239/83.

Art. 40 - A Taxa de Fiscalização Sanitária se rá recolhida pelo contribuinte Secretaria Municipal da Fazenda, que creditará ao Fundo Municipa da Saúde. O valor do tributo, por estabelecimento, será desta lei. con base na relação que trata o Artigo 2º



Art. 50 - Sem prejuizo das sanções de natureza civil ou penal, cabiveis às ções sanitárias, serão punidas com penalidade de multa, previstas na Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 e no Código Sanitário Estadual e/ou Municipal.

Art. 69 - As infrações sanitárias classificamse em:

- Leves: 450 à 22,50 URM;

II - Graves: 22,51 à 45,00 URM;

III - Gravissimas: 45,00 à 180,00 URM.

Art. 7º - A pena de multa relativa às infra ções sanitárias será recolhida pelo infrator na Secretaria Municipal da fazenda, através de guia especial instituída pela Secretaria Municipal da Saúde, Meio Ambiente e Habitação, em três vias, na qual deverá conter: nome do infrator, número do processo, endereço, número do Auto de Infração e do tributo, sendo que uma via deverá ser encaminhada, quitada, para o Departamento de Vigilânica Sanitária da Secretaria Municipal da Saúde, Meio Ambiente e Habitação.

Art. 80 - O Poder Executivo regulamentará, que couber, o disposto nesta lei.

Art. 90 - Esta Lei entrará em vigor no dia 10 de janeiro de 1993, revogadas as dis-

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GONÇAL posições em contrário. VES, aos vinte e oito dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e dois.

FORTMATO JANIR RIZZARDO

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE Jeminto William. Secretário de Governo

n.o \$193 a fl. 0120 Olav Co-tifico que a presente Lei foi pu-29, 12, 1992. 28.1 12.1 19.92 noucra Secretário de Governo Cl-Aud Secretaria do Governo



LEI MUNICIPAL Nº 2.205, DE 22 DE JANEIRO DE 1993.

DISPÕE SOBRE A COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA, CRIA DA PELA LEI MUNICIPAL Nº 2.193, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1992.

AIDO JOSÉ BERTUOL, Prefeito Municipal de Ben-

to Gonçalves,

FAÇO SABER que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - A taxa de fiscalização sanitária , criada pela Lei Municipal nº 2.193,

de 28 de dezembro de 1992, será cobrada dos estabelecimentos comerciais e industriais, classificados em pequeno, médio e grande, conforme critérios adotados para a cobrança da taxa de fiscalização e localização, nos seguintes valores: COMÉRCIO

1 URM - pequeno 2 URMs conforme valor constante II - médio na Lei Municipal nº 2193/92 III - grande

### INDÙSTRIA

1 URM - pequeno 3 URMs I conforme valor constante na II - médio Lei Municipal nº 2193/92 III - grande

Parágrafo único - As atividades exercidas por autônomos, enquadradas





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES GABINETE DO PREFEITO

Lei Municipal nº 2193/92 será cobrado o valor de 1 (uma) URM.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as

disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GON-ÇALVES, aos vinte e dois dias do mês de janeiro de mil novecen tos e noventa e três.

AIDO/JOSÉ BERTUOL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE PULLIQUE-SE

Secretário de Governo

n.o 2. 205 in fl.013.

Secretaria do Governo

Certifica and a presente Lei foi pu-

25, OJ. -3.

Secretario de Governo





LEI MUNICIPAL Nº 2.205, DE 22 DE JANEIRO DE 1993.

DISPÕE SOBRE A COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA, CRIA DA PELA LEI MUNICIPAL Nº 2.193, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1992.

AIDO JOSÉ BERTUOL, Prefeito Municipal de Ben-

FAÇO SABER que o Poder Legislativo Municipal to Gonçalves, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - A taxa de fiscalização sanitária criada pela Lei Municipal nº 2.193,

de 28 de dezembro de 1992, será cobrada dos estabelecimentos comerciais e industriais, classificados em pequeno, médio e grande, conforme critérios adotados para a cobrança da taxa de fiscalização e localização, nos seguintes valores:

#### COMERCIO

1 URM - pequeno 2 URMs II - médio conforme valor constante III - grande / na Lei Municipal nº 2193/92

#### INDUSTRIA

1 URM - pequeno 3 URMs II - médio conforme valor constante na III - grande Lei Municipal nº 2193/92

Parágrafo único - As atividades exercidas por autônomos, enquadradas







Lei Municipal nº 2193/92 será cobrado o valor de 1 (uma) URM.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na de sua publicação, revogadas as

disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GON-ÇALVES, aos vinte e dois dias do mês de janeiro de mil novecen tos e noventa e três.

AIDO/JOSÉ BERTUOL

Prefeito Municipal

Reg. no Livro de Lels n.o. 2.205 i fl.013. 22, 01, 1993. bli 25.1 OJ -3.





#### ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL Câmara Municipal de Bento Gonçalves Palácio 11 de Outubro

PARECER Nº 236
Processo nº 217/94

O Sr. Presidente encaminha para parecer desta AJU, projeto de lei do Executivo que adita a Lei Municipal nº 2.193 de 28-12-92, que Cria a Taxa de Fiscalização Sanitária e estabelece os valores de multas.

Do ponto de vista jurídico, não vemos impedimento para votação do projeto, cabendo a Comissão de Finanças e Orçamento a análise do ponto de vista técnico.

s.m.j. é o parecer

B. Gonçalves, 26 de dezembro de 1994.

Bet CARLOS PERIZZOLO

Bel. JAIR BARUEFI

Bel. IDALIND CASAGRANDE

a comissão Coustituição e fustico sala FERNANDO FERRARI - EM 19, 12, 94



glet .

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

#### CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

PARECER:

Processo N.º: 217/94

AUTOR:

ASSUNTO: Adita a Lei Municipal nº2.193, de 28 de dezembro de 1992, que Cria a taxa de fiscalização sanitária e estabelece os valores das penas

de multa por infração.

RELATOR: Vereador

Parecer COMISSÃO TÈCNICA PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Os vereadores abaixo firmados, membros da Comissão Técnica Permanente de Constituição e Justiça, após procederem análise ao Projeto de Lei Nº 92/94, de origem executiva, que "ADITA A LEI MUNICIPAL Nº2.193, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1992, QUE CRIA A TAXA DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA E ESTABELECE OS VALORES DAS PENAS DE MULTA POR INFRAÇÃO", considerando seus aspectos legais e sua téc nica legislativa, são de parecer favorável a sua aprovação.

Sala das Sessões, aos vinte e seis dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e quatro.

Ver. MAURO ANTONIO VILLA -Presidente

Ver. CLORIS PASQUALOTTO -membro

Ver. ALCINDO GABRIELLI -Membro